

# Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER  
ORGANIZADORES





UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos André Bulhões**

Vice-Reitora

**Patricia Helena Lucas Pranke**

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

**Júlio Otávio Jardim Barcellos**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretora

**Luciane Delani**

Conselho Editorial

**Carlos Gustavo Tornquist**

**Henrique Carlos de Oliveira Castro**

**Janette Palma Fett**

**João Carlos Batista Santana**

**Luís Frederico Pinheiro Dick**

**Mônica Zielinsky**

**Otávio Bianchi**

**Sergio Roberto Kieling Franco**

**Simone Sarmento**

**Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca**

**Luciane Delani**, presidente

# Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China

---

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER  
ORGANIZADORES

© dos autores  
1ª edição 2023

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Fabiano Escher, Sergio Schneider e Regina Vargas  
Tradução: Regina Vargas  
Revisão da tradução: Fabiano Escher e Sergio Schneider  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



---

A278 Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China [recurso eletrônico] / organizadores Fabiano Escher [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

462 p. : pdf

(Série Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Sistema agroalimentar. 3. Alimentação. 4. Segurança alimentar. 5. Desenvolvimento rural – China. 6. Questão agroalimentar – China. I. Escher, Fabiano. II. Schneider, Sergio. III. Série.

CDU 338.43

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-094-5

# Introdução

**Fabiano Escher**  
**Sergio Schneider**

Quando tivemos a ideia de fazer um livro sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China, há cerca de cinco anos, já era visível e notório que esse país teria um papel cada vez mais importante para o Brasil, sobretudo para o nosso agro e, em especial, como destino das exportações. Hoje, todos sabem que a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Não é raro encontrar quem diga que o futuro da economia do Brasil dependerá da forma como nosso país organizará sua relação comercial e política com a China.

Ora, por ser deveras importante para o Brasil, a China merece ser mais bem compreendida pelos brasileiros.

Assim que começou a pandemia da Covid-19, em Wuhan, os olhares dos brasileiros sobre a China se tornaram mais atentos. De um grande país enigmático e desconhecido dos brasileiros, a China passou a ser vista por alguns no Brasil como uma ameaça. Para outros, no entanto, a China se tornou uma referência sobre como enfrentar uma crise de proporções pandêmicas. Quando as vacinas chinesas da CoronaVac chegaram ao Brasil de forma

pioneira, deixando para trás os grandes laboratórios da Europa e dos Estados Unidos, ficou claro para os incrédulos que aquele país havia se tornado uma nação desenvolvida, capaz de produzir inovações científicas impressionantes em curto espaço de tempo.

Felizmente, a China já não é mais desconhecida no Brasil. Contudo, o entendimento de como essa nação se tornou um país desenvolvido e qual é “seu modelo de desenvolvimento” – se comunismo, se capitalismo ou se capitalismo de Estado – segue sendo uma questão em aberto para muitos estudiosos e analistas no Brasil.

O esforço em conhecer melhor a China é uma preocupação importante para várias instituições brasileiras. Basta lembrar do Instituto de Estudos Brasil-China (Ibrach) no Rio de Janeiro, do Instituto de Estudos da Ásia (IEA) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Centro de Estudos sobre a China (CEC) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sem esquecer das várias sucursais do Instituto Confúcio (IC) espalhadas por universidades brasileiras. A Rede Brasileira de Estudos da China, criada em 2017 e hoje integrada por mais de 200 membros, testemunha o crescimento do interesse no país asiático e das trocas intelectuais entre os dois lados.

Mesmo assim, o Brasil ainda carece imensamente de obras especializadas em agricultura, alimentação e ruralidade na China. Este livro pretende contribuir para ajudar a esclarecer dúvidas e incompreensões por parte dos brasileiros sobre a China. Queremos que seus leitores e leitoras consigam entender como a China organiza sua agricultura e sua produção de alimentos, de que modo funciona a estrutura da propriedade da terra, como vivem e trabalham os chineses no meio rural, entre outras questões relevantes.

O desenvolvimento econômico e a ascensão internacional da China como grande potência constituem o fato mais notável do capitalismo na era da globalização. Ao gerar impactos na divisão internacional do trabalho, na dinâmica global de acumulação de capital, nas finanças e na geopolítica, a China representa uma força de deslocamento dos Estados Unidos como centro de gravitação econômica e de hegemonia política no mundo, hoje.

A agricultura, a alimentação e o espaço rural sempre foram temas fundamentais para a China e ocupam um lugar central na reconfiguração da ordem mundial contemporânea. O clássico filósofo confuciano Mêncio dizia que nutrir o povo é o princípio primordial do bom governo. E a noção de “mandato do céu” (*Tianming*), reivindicada na China imperial como fonte

de legitimidade do poder dinástico, expressava *inter alia* a crença de que as calamidades naturais e eventos climáticos extremos como secas, pestes e inundações que causam desnutrição e fome são produtos do mau governo, justificando a retirada do apoio do povo ao regime. Resguardadas as mudanças de contexto, a lógica subjacente a esses preceitos parece continuar direcionando a história recente da China.

Em 1949, tão logo o Partido Comunista Chinês (PCC) consolidou a vitória da revolução socialista, proclamou a fundação da República Popular da China (RPC) e instaurou um governo sob seu comando, uma das suas primeiras políticas foi estender a reforma agrária que já vinha promovendo nas “zonas liberadas” durante a guerra civil por todo o país, redistribuindo a terra dos latifundiários para os camponeses. Mas essa situação teve vida curta: a partir de 1955, o PCC fomentou a organização dos agricultores em cooperativas e a coletivização da agricultura.

Em 1958, no intuito de gerar recursos para saldar a dívida pela assistência soviética ao seu projeto de industrialização, com o Grande Salto Adiante, a coletivização da agricultura foi institucionalizada na forma de “comunas populares”. Entretanto, a trágica conjunção de desastres naturais e falhas de implementação da política levou à Grande Fome que, entre 1959 e 1961, resultou na morte de cerca de 30 milhões de pessoas. Apesar desse flagelo, o regime sobreviveu, as comunas rurais sofreram ajustes, a agricultura foi recuperada e um sistema nacional de abastecimento foi criado, favorecendo a segurança alimentar da população chinesa, que cresceu de 550 milhões em 1950 para quase 950 milhões em 1976, quando Mao morreu.

Já em 1978, com a ascensão de Deng Xiaoping e seus aliados ao poder, é lançada a nova linha política de Reformas e Abertura. Foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), visando a atrair capital estrangeiro e tecnologia para a montagem de grandes plataformas de processamento e exportação de manufaturas intensivas em trabalho nas cidades da região costeira. Embora sejam um ícone do modelo econômico chinês, as reformas, na verdade, iniciaram no rural, com o desmantelamento das comunas e o estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF) de posse e uso da terra na agricultura, o apoio à industrialização rural através das Empresas de Vilas e Aldeias (EVAs), a instituição de um sistema de abastecimento de grãos articulado a um sistema de cotas, que deixa os agricultores livres para vender a produção excedente (grãos, mas também frutas, legumes, verduras e carnes) diretamente no mercado, e o relaxamento parcial dos controles do registro residencial (*Hukou*), que permite a saída massiva de camponeses para as cidades, formando um exército de reserva de trabalhadores migrantes

para as 20 ZEEs. Tais medidas diversificaram a produção e elevaram a produtividade, o emprego e a renda rural, contribuindo para o crescimento do PIB e a redução massiva da pobreza até o final dos anos 1980, num período conhecido como “reformas sem perdedores”.

Nos anos 1990, desde as “reformas com perdedores”, a China rural passou a mostrar sinais de crise. Conforme a migração e a urbanização explodiam nos anos 2000, formou-se um imaginário que valoriza a cidade e deprecia o campo e alastrou-se um senso de crescente insatisfação entre os camponeses, refletindo o agravamento das desigualdades regionais e sociais entre o rural e o urbano. A descoletivização deixou um vácuo organizacional e, negligenciadas, as infraestruturas e os serviços públicos (irrigação, estradas, escolas, saúde) deterioraram-se. Os conflitos entre camponeses e quadros oficiais locais intensificaram-se a partir das reformas fiscais de 1994 e 2002, com o aumento da carga tributária e dos abusos de autoridades nas aldeias e vilas. E, com a multiplicação de desapropriações de terra para diversos tipos de projetos, sem as justas compensações, e a recorrência de problemas ambientais e de escândalos alimentares, emergiram protestos rurais classificados como “incidentes de massa”. Isso deflagrou uma época de crise, hoje referida nos meios intelectuais e políticos como “*sannong wenti*” (os três problemas agrários): um conjunto de desafios relacionados à produção na agricultura (*nongye*), às condições sociais de vida no rural (*nongcun*) e à renda e ao bem-estar dos camponeses (*nongmin*). Essa formulação tornou-se um marco nos debates sobre desenvolvimento rural na China, sintetizando o clima de tensão social, preocupação política e debates de projeto. Tanto o Novo Movimento de Reconstrução Rural (NMRR), criado em 2003, como a nova reforma fiscal que abole os impostos rurais e o programa Construindo um Novo Campo Socialista (CNCS), promulgados em 2006, podem ser vistos, assim, como expressões da sociedade e do Estado em busca de respostas a essa tripla crise agrária.

A partir de meados dos anos 2000, a China dá início a uma agenda de políticas públicas de apoio às dinâmicas de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar e nas cooperativas camponesas. Estas reformas foram fortemente afetadas pela crise financeira global de 2008. Desde então, a ação do Estado Chinês segue o iniludível *slogan* oficial que enuncia: “capital está indo ao campo”. A conversão de terra rural em terra urbana, visando à expansão do mercado imobiliário, continua a prosperar, apesar de encontrar um limite na “linha vermelha” de 120 milhões de hectares de terra que devem obrigatoriamente permanecer destinadas ao cultivo agrícola.

Em 2013, uma nova lei instituiu o direito de os camponeses firmarem contratos com terceiros de cessão temporária da terra a eles concedida, dan-



do origem à proliferação de contratos de “transferências de terra”. Parte dessas transferências ocorre entre as próprias famílias de camponeses, mas parte significativa se dá entre camponeses e firmas de agronegócio (chamadas “empresas cabeça de dragão”) ou entre camponeses e cooperativas (muitas vezes de fachada para firmas de agronegócio). Os processos de integração vertical (entre agricultores e empresas para o suprimento de insumos e a entrega de produtos) e de integração horizontal (consolidação de terras e produção em escala em fazendas relativamente grandes) são hoje a vanguarda do capitalismo agrário chinês, contando com o beneplácito do Estado, por meio de créditos e subsídios para a concentração e a crescente internacionalização das empresas líderes.

Desde que o atual presidente, Xi Jinping, chegou ao núcleo do partido, em 2012, ocorreu um importante realinhamento interno das forças políticas, que mudou a orientação da política externa. Se antes a orientação de Deng Xiaoping era “manter um perfil baixo” e “esconder o brilho”, o lançamento do *Sonho Chinês* e da *Iniciativa Cinturão e Rota da Seda* (BRI), em 2013, muda o enfoque e a posição da China no cenário internacional. Quando Xi Jinping pereniza sua liderança frente ao governo, em 2017, a China passa a ter um protagonismo nunca antes visto no reordenamento econômico e político mundial, cujos termos e rumos estão em plena disputa neste momento.

Ao longo das páginas deste livro pretendemos explorar e aprofundar não só a cronologia dos fatos que precipitaram o processo histórico de evolução da agricultura e da alimentação na China, mas buscar explicações causais e entendimentos analíticos que permitam entender como um país que era pobre, atrasado e dependente em 1978 conseguiu fazer uma revolução silenciosa, que acabou por torná-lo o centro das atenções no século XXI.

O presente livro objetiva preencher lacunas existentes junto ao público de estudiosos, acadêmicos e leitores brasileiros interessados na agricultura, na alimentação e no desenvolvimento rural da China. O leitor encontra aqui compilado um conjunto de capítulos escritos por autores chineses, anglófonos e brasileiros que oferece uma visão panorâmica e, ao mesmo tempo, aprofundada. Esses capítulos são inéditos em português, razão pela qual foram selecionados e traduzidos por serem oriundos de alguns dos mais reconhecidos especialistas em economia política, ciências sociais e temas rurais e agroalimentares na China, e publicados nas principais revistas científicas internacionais.

O volume que chega às mãos do leitor está organizado em três partes. A primeira parte, composta por dois capítulos, trata da ascensão internacional da China. O capítulo 1, “O modelo chinês: poderia ele substituir o

modelo ocidental de modernização?”, foi escrito por Zhao Suisheng, editor fundador do prestigioso *Journal of Contemporary China*. O texto, publicado como artigo dessa revista em 2010, representou um marco no acalorado debate que tomou corpo após a publicação do artigo de Joshua Cooper Ramo, de 2004, sobre a eventual substituição do infame “Consenso de Washington” por um novo “Consenso de Beijing”. Zhao argumenta que o sucesso econômico da China sob um sistema político autoritário, nas últimas décadas, levantou questões sobre se o modelo chinês substituirá o modelo ocidental de modernização. Em que medida o modelo da China pode ser representado pela coexistência de mercado livre e Estado autoritário? Seria mesmo livre o sistema econômico da China e autoritário seu sistema político? Quão bem a liderança chinesa equilibrou liberdade econômica e controle político para manter o crescimento econômico e a estabilidade política? Quais são os apelos e limitações do modelo chinês? Zhao busca respostas para essas questões, explorando até que ponto a China oferece um modelo distinto de desenvolvimento econômico e político e se o chamado modelo chinês pode ser sustentado.

No capítulo 2, “Defesa, diplomacia e desenvolvimento: os ‘3D’ da ascensão econômica e da projeção mundial da China”, escrito especialmente para este livro, seu autor, Paulo Fagundes Visentini, constrói seu argumento a partir da constatação crítica de que a grande maioria dos estudos sobre o desenvolvimento chinês padece de um desconhecimento das particularidades históricas do país e tem uma visão tecnocrática desse processo. Cada um vê na China aquilo que lhe interessa e não presta atenção na perspectiva dos próprios chineses. O autor ressalta que os chineses, assim como todo mundo, “agem não segundo a realidade, mas conforme a percepção que possuem da mesma”. Com base nessa premissa, posto que as ações da elite nacional hoje se baseiam em interpretações das experiências passadas, ele expõe uma penetrante narrativa sobre como defesa, diplomacia e desenvolvimento estão associados na estratégia geopolítica da China. A partir dessa análise, Visentini traça considerações sobre os desafios que tal estratégia enfrenta desde o fim da Guerra Fria e sobre o lugar da China na manutenção de uma ordem mundial estável e no desenvolvimento global.

A segunda parte do livro, composta por cinco capítulos, adentra na temática específica de nosso interesse, qual seja, a questão agroalimentar na China. O capítulo 3, “Empresas ‘cabeça de dragão’ e o estado do agronegócio na China”, originalmente publicado no *Journal of Agrarian Change*, em 2017, foi escrito por Mindi Schneider. Schneider examina a relação entre o papel do Estado e a trajetória das firmas do agronegócio nas transforma-

ções agroalimentares da China. Ela explora a organização e operação dessas empresas no setor de suínos, especialmente na produção pecuária, no processamento de carnes e na fabricação de rações. A autora revela que o setor é predominantemente doméstico, mas tem uma forma mista estatal-privada e tende a marginalizar as multinacionais estrangeiras que, até o momento, têm sido os atores mais poderosos do sistema agroalimentar global. Seu argumento central é que a China é não apenas um destino para o capital transnacional, mas também um lócus de desenvolvimento do agronegócio em si mesmo, que surge como uma arena para o desenvolvimento rural e econômico em nível nacional e uma nova fronteira para o acesso a recursos e mercados no exterior. Na sua avaliação, essas transformações internas da China têm implicações para as transformações capitalistas em nível internacional e o engajamento político de contestação ao modo de funcionamento do sistema agroalimentar global.

O capítulo 4, “Pequenas propriedades rurais da nova era e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas?”, publicado em 2011 na revista *Modern China*, é assinado por Philip C. C. Huang. Para ele, o futuro da agricultura chinesa não reside na grande agricultura industrial, mas na agricultura familiar camponesa. Sua constatação empírica chave é que os padrões de consumo de alimentos na China mudaram do antigo padrão 8:1:1, de oito partes de grãos, uma parte de carne e uma parte de vegetais, para um padrão de 4:3:3, com uma transformação correspondente na estrutura agrária. Nesse contexto, a agricultura familiar camponesa é mais adequada do que a agricultura mecanizada em larga escala para atender as novas demandas, incluindo a agricultura orgânica, devido ao trabalho manual intensivo, incremental e variado envolvido, que não é facilmente aberto a economias de escala, embora seja compatível com economias de escopo. Também é mais adequado às realidades da severa pressão populacional sobre a terra. Mas exige integração vertical do cultivo ao processamento e à comercialização, embora sem a integração horizontal da agricultura. As cooperativas camponesas surgiram, assim, quase que espontaneamente para integrar a pequena agricultura ao processamento e ao *marketing*. O governo chinês, no entanto, tem apoiado agressivamente os agronegócios capitalistas como o modo preferido de integração vertical. Por isso, atualmente, a agricultura chinesa está posicionada em uma encruzilhada, com o futuro modo de organização da integração vertical ainda incerto.

O capítulo 5, “Desenvolvimento do mercado varejista na China: estudo qualitativo de como varejistas estrangeiros e nacionais buscam aumentar sua participação de mercado”, escrito por Martin Hingley, Adam Lindgreen

e Lan Chen, foi publicado originalmente em 2009, no *British Food Journal*. Apoiando-se em entrevistas com gerentes de quatro cadeias varejistas, os autores analisam temas emergentes na época, incluindo comportamento dos consumidores, relações comerciais e centros de distribuição, linhas de produtos, formatos de loja, sistemas de qualidade e concorrência. Eles apontam que, enquanto nas últimas décadas os varejistas internacionais introduziram técnicas avançadas de varejo e novas abordagens gerenciais, os varejistas domésticos cresceram mais sofisticados em seu gerenciamento da cadeia de suprimentos. Também mostram que enquanto os varejistas estrangeiros na China têm sido competitivos no formato de hipermercados, porque oferecem produtos de melhor qualidade e alcançam maiores economias de escala, os varejistas domésticos são mais competitivos na operação de formatos menores, porque mantêm boas relações com governos e comunidades locais. No entanto, os antigos varejistas domésticos estatais comprometeram sua competitividade, pela falta de fundos e adoção de estilos de gerenciamento deficientes, acabando por perder espaço para os atores privados que hoje dominam o varejo alimentar na China.

O capítulo 6, “Segurança alimentar, urbanização e estabilidade social na China”, escrito por Flemming Christiansen, foi publicado em 2009, também no *Journal of Agrarian Change*. Embora já tenha mais de dez anos, o artigo ainda é um texto importante para entender as origens das transformações estruturais da agricultura e o sentido da política de segurança alimentar na China. Segundo Christiansen, o desenvolvimento chinês, tanto na economia planejada quanto no período pós-reformas, foi conduzido dentro de restrições estreitas de segurança alimentar, produtividade agrícola e organização social da produção. As reformas e seus efeitos, especialmente a rápida urbanização, ao mesmo tempo que contribuíram para garantir segurança alimentar, também causaram a perda de terras cultiváveis para a agricultura, a degradação ambiental e a emergência de novas dietas que pressionam a demanda por produção de alimentos. As trajetórias institucionais e a dinâmica desses processos são exploradas pelo autor, em uma análise que indica as principais perspectivas sobre o impacto da China no sistema agroalimentar global.

O capítulo 7, “A conquista da segurança alimentar na China: as últimas três décadas e o futuro”, foi publicado em 2010, na *China Agricultural Economic Review*, por Zhou Zhangyue. A partir de uma perspectiva normativa, o autor avalia a experiência e as realizações da política de segurança alimentar da China, identifica seus principais desafios e apresenta possíveis lições para países em desenvolvimento. A sua conclusão é que a China se saiu bem em garantir a segurança de grãos básicos (arroz, trigo e milho) nas

últimas décadas. No entanto, ele não considera que o país tenha alcançado segurança alimentar plena do ponto de vista do seu quadro normativo. Na sua avaliação, há sérios problemas relativos à segurança e qualidade dos alimentos, sustentabilidade ambiental e estabilidade social. Para alcançar segurança alimentar de longo prazo, conclui ele, a China precisa enfrentar problemas complexos como alimentos inseguros e de qualidade duvidosa, poluição e degradação ambiental e a falta de um sistema de seguridade social abrangente.

A terceira parte do livro, por fim, está composta por cinco capítulos que trazem contribuições cruciais para o atual debate sobre as perspectivas do desenvolvimento rural na China frente ao avanço do agronegócio. O capítulo 8, “Transferência de terras e a busca da modernização agrícola na China”, publicado em 2015 numa edição especial sobre a China no *Journal of Agrarian Change*, é escrito por Ye Jingzhong. Ele argumenta que os “três problemas agrários” (*sannong*) têm sido preocupações prioritárias do governo chinês. Apesar de a população crescer e as terras aráveis e de melhor qualidade relativamente escassearem, a agricultura camponesa chinesa está passando por um forte processo de modernização. Enquanto os camponeses desfrutam de direitos de contrato de terra como resultado do SRF, o Estado vem promovendo a transferência de direitos de uso da terra em favor do agronegócio. Através de uma análise histórica sintética e poderosa das transições nas instituições agrárias e agrícolas desde 1949 e do fenômeno das transferências de terras desde o SRF, Ye revela que o Estado tem respondido estrategicamente a vários desafios, a fim de que as instituições e políticas fundiárias estejam sempre voltadas para a modernização da agricultura. Demonstra, no entanto, que esse ímpeto modernizante é carregado de contradições, pois os meios de subsistência dos camponeses têm sido afetados negativamente e precisam ser protegidos se o objetivo é realmente promover dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento rural.

O capítulo 9, “Capitalização sem proletarização no desenvolvimento agrícola chinês”, traz outra contribuição de Philip C. C. Huang, Gao Yuan e Peng Yusheng, publicada na revista *Modern China*, em 2012. Os autores argumentam que as teorias marxista, clássica e neoliberal esperam que o desenvolvimento da agricultura capitalista seja acompanhado pela expansão de um proletariado agrícola, como aconteceu na Inglaterra do século XVIII e está acontecendo na Índia contemporânea. Com fino olhar comparativo, eles apresentam dados empíricos sobre o tamanho do atual proletariado agrícola da China e buscam uma explicação teórica para essas dimensões. A conclusão dos autores é que, contrariamente às suas próprias expectativas

iniciais, os trabalhadores agrícolas contratados na China totalizavam, no ano de 2009, algo entre 3 % e 8 % de toda a mão de obra agrícola, em nítido contraste com os 45 % da Índia. Isso representaria uma surpresa diante da capitalização tão substancial experimentada pela agricultura chinesa, entendida como o emprego de maior insumo de capital por unidade de terra. Este fenômeno é, portanto, denominado “capitalização sem proletarização”, talvez a característica mais distintiva do recente desenvolvimento agrícola e rural chinês recente.

O capítulo 10, “Diferenciação de classe na China rural: dinâmicas de acumulação, mercantilização e intervenção estatal”, publicado por Qian Forrest Zhang, na mesma edição especial do *Journal of Agrarian Change* acima mencionada, explicitamente contrapõe a tese da “capitalização sem proletarização” de Huang e seus colegas. Zhang classifica as posições de classe emergentes na atual estrutura agrária da China, observando a inserção das famílias rurais nos mercados de terra, trabalho, meios de produção e produto. Ele identifica cinco classes: empregadores capitalistas, agricultores comerciais pequeno-burgueses, famílias trabalhadoras com emprego dual, famílias trabalhadoras assalariadas e camponeses de subsistência. Essa classificação é um dispositivo heurístico para analisar empiricamente como a dinâmica da mudança agrária leva à diferenciação de classe na China rural. Para a classe dos empregadores capitalistas, a análise se concentra em seus diversos caminhos de acumulação; para os agricultores comerciais pequeno-burgueses, na sua resiliência contingente frente a tendências de diferenciação; e, para as duas classes do trabalho, na crescente mercantilização de sua subsistência. O Estado, por sua vez, desempenha papéis importantes, mas variados, em todos esses processos.

O capítulo 11, “Iniciativas de desenvolvimento rural em meio à crise de segurança dos alimentos: estratégias, desafios e oportunidades no ‘novo movimento de reconstrução rural’ chinês”, é escrito por Si Zhenzhong e Steffanie Scott. O seu argumento é que a implementação da política de reformas e abertura na China tem transformado profundamente o campo, mas também ocasionado sérios problemas: perda de força de trabalho agrícola, estagnação dos meios de subsistência e deterioração da cultura rural. Esses problemas resultam na pobreza dos camponeses, na insegurança dos seus direitos sociais, nas más condições da infraestrutura rural, na baixa viabilidade do setor agrícola, na disparidade entre as cidades e o campo, entre outros. No entanto, o modelo de desenvolvimento agroindustrial liderado pelo Estado, a fim de revitalizar o campo como parte integrante da economia de mercado, falha na forma de abordar essas preocupações. Foi nesse

contexto socioeconômico que surgiram reflexões críticas sobre o processo convencional de modernização e iniciativas alternativas de desenvolvimento rural na China, sendo o NMRR a mais proeminente. Para os autores, em meio às crescentes preocupações provenientes da recorrência de escândalos de sanidade alimentar nos últimos anos, o NMRR desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento da agricultura ecológica e das Redes Alimentares Alternativas (RAAs), especialmente de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), na China.

O capítulo 12, “O enigma da agricultura chinesa: em busca de uma explicação”, escrito por Jan Douwe van der Ploeg, encerra a terceira parte do livro. Para o autor, o desenvolvimento da agricultura chinesa se destaca pelo enorme crescimento da produção e da produtividade, acompanhado de um alívio igualmente impressionante da pobreza rural. Três questões são cruciais para explicar esse fenômeno. Primeiro, quais são os principais componentes estruturais e as principais instituições da agricultura chinesa? Uma resposta a esse tipo de pergunta requer compreender algo que o mundo acadêmico geralmente deturpa ou até ignora: o campesinato. Segundo, como essa agricultura primordialmente camponesa conseguiu gerar um crescimento sem precedentes na produção e na produtividade? Quando visto da perspectiva ocidental de modernização, o desempenho agrícola da China parece quase impossível, uma anomalia, pois a fazenda média chinesa parece pequena demais para fornecer uma renda aceitável que permita a formação de poupança e, assim, a realização de investimentos, sem falar da migração rural massiva. Terceiro, que razões, afinal, explicariam efetivamente esse enigma do notável desempenho da agricultura da China? Entre os principais ingredientes arrolados por Ploeg estão a natureza camponesa da agricultura chinesa, a circularidade das relações cidade-campo, o horizonte de relevância usado na pesquisa e desenvolvimento agrícola, a virada no viés urbano e o caráter inovador dos mercados agroalimentares.

Em suas considerações finais, o livro conta com um capítulo escrito pelos organizadores, que visa a sintetizar e avaliar as contribuições desta obra, a partir de um propósito duplo. Em primeiro lugar, fazemos um breve balanço dos principais debates sobre temas rurais e agroalimentares na China durante a última década. Momentos chave desses debates estão representados nos textos compilados nesta obra. Mas, devido à incrível rapidez das mudanças, determinados pontos da agenda de pesquisas precisam ser atualizados. Em segundo lugar, buscamos examinar algumas das questões candentes que informam essa renovada agenda de pesquisas: o sentido da *Iniciativa Cinturão e Rota* na estratégia de desenvolvimento e ascensão internacional da China;

a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China e suas implicações para o reordenamento do regime alimentar internacional; e o significado e as expectativas existentes em relação à estratégia de Revitalização Rural proposta pelo governo chinês. Finalmente, tendo em vista o quadro delineado, discutimos os desafios e perspectivas do Brasil e da América do Sul frente ao poder econômico e político crescente da China.